



REPÚBLICA PORTUGUESA

TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

DECLARAÇÃO DE RENDIMENTOS, PATRIMÓNIO  
E CARGOS SOCIAIS DOS TITULARES  
DE CARGOS POLÍTICOS E EQUIPARADOS

Modelo Único

CARGO (artigo 4.º da Lei n.º 4/83, de 2 de abril, na redação da Lei n.º 25/95, de 18 de agosto e da Lei n.º 38/10, de 2 de setembro)

FACTO DETERMINANTE DA DECLARAÇÃO (artigos 1.º e 2.º, n.ºs 1 e 3, da Lei n.º 4/83, na redação da Lei n.º 25/95, de 18 de agosto e da Lei n.º 38/10, de 2 de setembro):

Início de funções em \_\_\_\_\_

Cessação de funções em \_\_\_\_\_

Atualização em \_\_\_\_\_

(Indicar apenas a data do facto que determina a apresentação da declaração)

IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE

Nome completo JOÃO CARLOS MANUEL MARCISTA DE OLIVEIRA

Endereço (rua, número e andar) Rua Professor João Branco, 44  
Ileira Vã Localidade Tonnes Nôvas

Código postal 2350-642 telefone ( 919554607

Freguesia Ileira Vã Concelho Tonnes Nôvas

Bilhete de identidade n.º 10371133 Arquivo de \_\_\_\_\_

Número fiscal de contribuinte 192 237 001 Sexo masculino

Natural de Tonnes Nôvas (Santiago) Nascido em 26/03/1974

Profissão principal ADVOGADO

Estado civil (se casado, indicar o nome completo do cônjuge e o regime de bens) Solteiro



## Capítulo I – RENDIMENTOS BRUTOS, PARA EFEITOS DA LIQUIDAÇÃO DO IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS SINGULARES

Rendimentos brutos, segundo as respectivas categorias e seus montantes, constantes da declaração apresentada para efeito da liquidação do imposto sobre o rendimento das pessoas singulares relativo ao ano de 2016 (ou que da mesma declaração, quando dispensada, devessem constar), excluídos os rendimentos do cônjuge ou de dependentes:

a) Rendimentos do trabalho dependente	
b) Rendimentos do trabalho independente	<u>20.152,80</u>
c) Rendimentos comerciais e industriais	
d) Rendimentos agrícolas	
e) Rendimentos de capitais	
f) Rendimentos prediais	
g) Mais-valias	
h) Pensões	
i) Outros rendimentos	

## Capítulo II – ATIVO PATRIMONIAL

### II-A – PATRIMÓNIO IMOBILIÁRIO

Consideram-se bens do património imobiliário os prédios, rústicos ou urbanos, aí se englobando as plantações, edifícios ou construções de qualquer natureza, neles incorporados ou assentes com carácter de permanência, ainda que estejam isentos da contribuição autárquica.

Os referidos bens são, para o efeito de declaração, identificados pela respetiva situação, indicação da sua natureza rústica ou urbana, sumária descrição, bem como pela respetiva inscrição matricial.

DESCRIÇÃO (indicando primeiro os bens situados no País e depois os situados no estrangeiro):

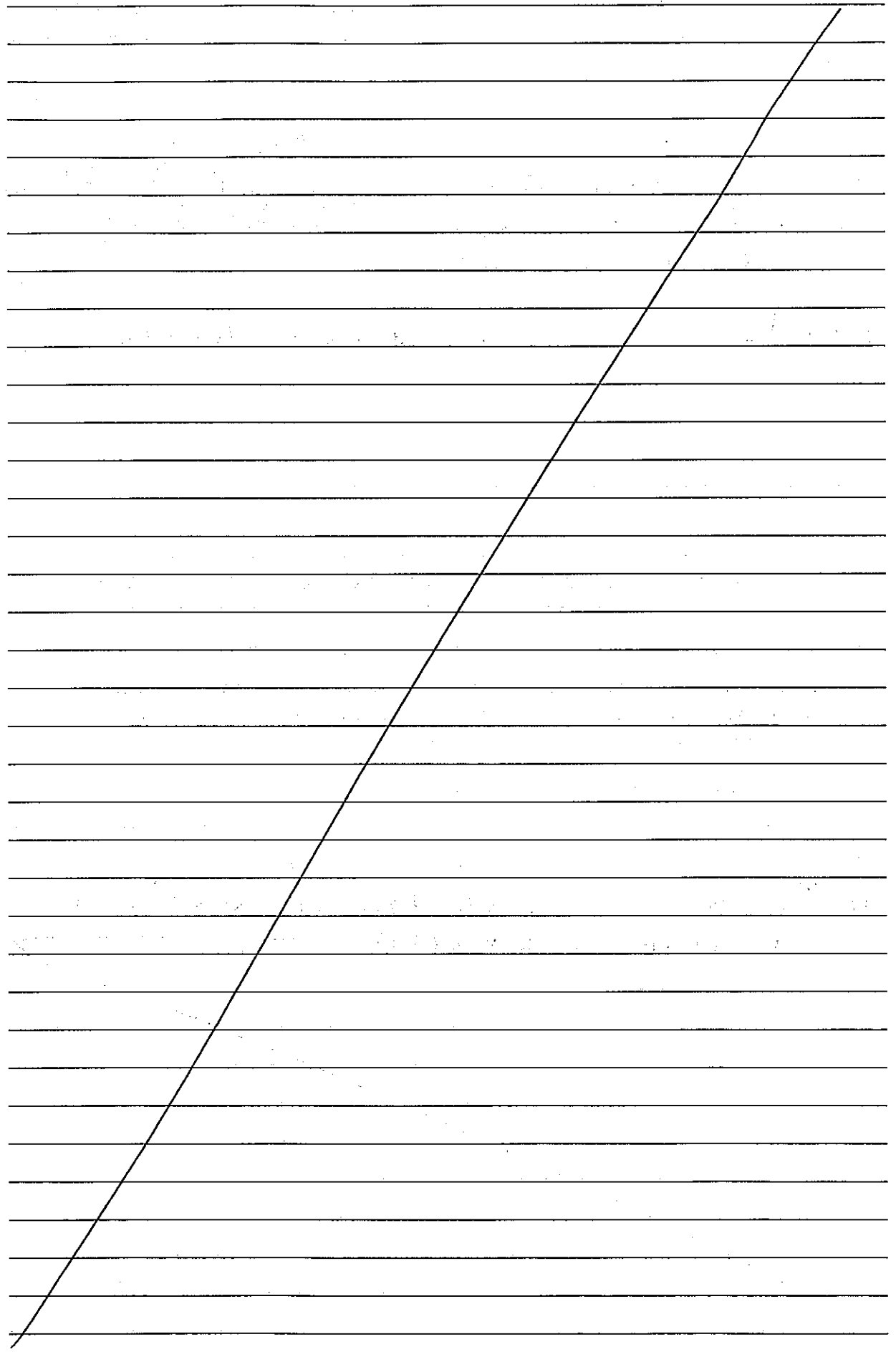
1) Prédio Urbano, em propriedade total, tipologia T5, sito na Rua Professor Thales Branco, 44, Teia Lda, freguesia Teia Lda, concelho de T. Paços, inscrito no registo predial urbano sob o Artigo 1288.

2) 1/4 indiviso da fração Autônoma "D" do Prédio Urbano composto de cave, sub. cave, etc. 1º, 2º e 3º andares e subsolo, sito na Rua Visconde S. João, 31, etc. 60, freguesia de "Lago de Freguesias de S. Pedro, Lpas e Ribeira, inscrito no registo predial urbano sob o Artigo 2189.

(continua)

II-A – PATRIMÓNIO IMOBILIÁRIO (continuação)

DESCRIÇÃO (indicando primeiro os bens situados no País e depois os situados no estrangeiro):



II-B - QUOTAS, AÇÕES, PARTICIPAÇÕES OU OUTRAS PARTES SOCIAIS  
DO CAPITAL DE SOCIEDADES CIVIS OU COMERCIAIS

Estes elementos patrimoniais são descritos pela indicação da respetiva natureza, quantidade e valor nominal e pela identificação da sociedade civil ou comercial a que se reportam, através de menção da respetiva firma ou denominação social, sede e data de constituição. Tratando-se de sociedade irregular, é feita menção desta circunstância.

DESCRIÇÃO (indicando primeiro os bens situados no País e depois os situados no estrangeiro):

1) Dólar portuguesa - Consórcio e Papéis de Crédito, Lda  
2) Votos que perfazem a totalidade do capital  
social da Sociedade.

2) Quota de 10 na Sociedade Unanimes e Filhos, Lda

II-C - DIREITOS SOBRE BARCOS, AERONAVES OU VEÍCULOS AUTOMÓVEIS

Consideram-se integrados nesta rubrica os direitos reais sujeitos a registo relativamente a:

- a) Barcos que se destinem a recreio ou a qualquer atividade de natureza comercial ou industrial;
- b) Aeronaves, de uso particular, qualquer que seja a finalidade da sua utilização, ainda que de recreio;
- c) Automóveis, tanto ligeiros como pesados, de carga ou mistos, ou motociclos de passageiros.

A descrição destes bens é feita através da menção da respetiva matrícula, marca, classe, tipo e modelo.

DESCRIÇÃO (indicando primeiro os bens situados no País e depois os situados no estrangeiro):

1) Honda, modelo LE650A, matrícula  
87-IV-66. (Motociclo).

## II-D - CARTEIRAS DE TÍTULOS, CONTAS BANCÁRIAS A PRAZO E APLICAÇÕES FINANCEIRAS EQUIVALENTES

Consideram-se integrados nesta rubrica:

- a) As ações, quando representem uma mera aplicação de capital, as obrigações, os títulos ou certificados da dívida pública ou quaisquer outros papéis ou títulos de crédito, com exceção de letras e livranças, independentemente de terem ou não cotação na bolsa e da natureza da entidade que tiver procedido à respetiva emissão;
- b) Os valores depositados em contas a prazo em qualquer estabelecimento bancário ou similar;
- c) As aplicações financeiras equivalentes, entre outras, as participações em fundos de investimento mobiliários e imobiliários, os planos de poupança-reforma e os seguros de capitalização.

A descrição dos bens abrangidos pela alínea a) é feita pela identificação dos títulos, através da menção da sua espécie e tipo, entidade emitente, quantidade, valor nominal e, sendo o caso, juro estipulado, e ainda a indicação da instituição financeira onde se achem depositados e do número da correspondente carteira.

A descrição dos bens abrangidos pela alínea b) é feita pela indicação do seu montante, bem como da entidade depositária, número da conta, data e prazo do depósito.

A descrição das aplicações financeiras a que se refere a alínea c) é feita pela indicação da sua natureza, designação, montante e data, bem como da entidade onde hajam sido realizadas, e ainda de quaisquer outros elementos que se revelem adequados à sua identificação.

DESCRIÇÃO (indicando primeiro os bens situados no País e depois os situados no estrangeiro):

A) Depósitos poupança Novo Banco

1) Depósito a prazo normal, ctº nº 100481779305, no valor de 26.000,00€

2) Conta 123 100% Poupança Rbº nº 11800014809, no valor de 5106,31€

A) 5950 Ações Normais Banco Espírito Santo (cotado 0,00€); valor de aquisição (0,00€).

1) Prazo e prazo, Compromisso, no valor de 100,00€

## II-E - CONTAS BANCÁRIAS À ORDEM E DIREITOS DE CRÉDITO, DE VALOR SUPERIOR A 50 SALÁRIOS MÍNIMOS

Consideram-se integrados nesta rubrica, quer contas bancárias à ordem quer os direitos de crédito, desde que de valor superior ao produto de fator 50, aplicado ao montante do salário mínimo mensal nacional. A descrição das contas bancárias à ordem é feita pela indicação do seu montante, bem como da entidade depositária, do número de conta e da respetiva data de abertura. Os créditos são identificados através da indicação do seu montante, sendo líquido, da entidade devedora e da data do vencimento.

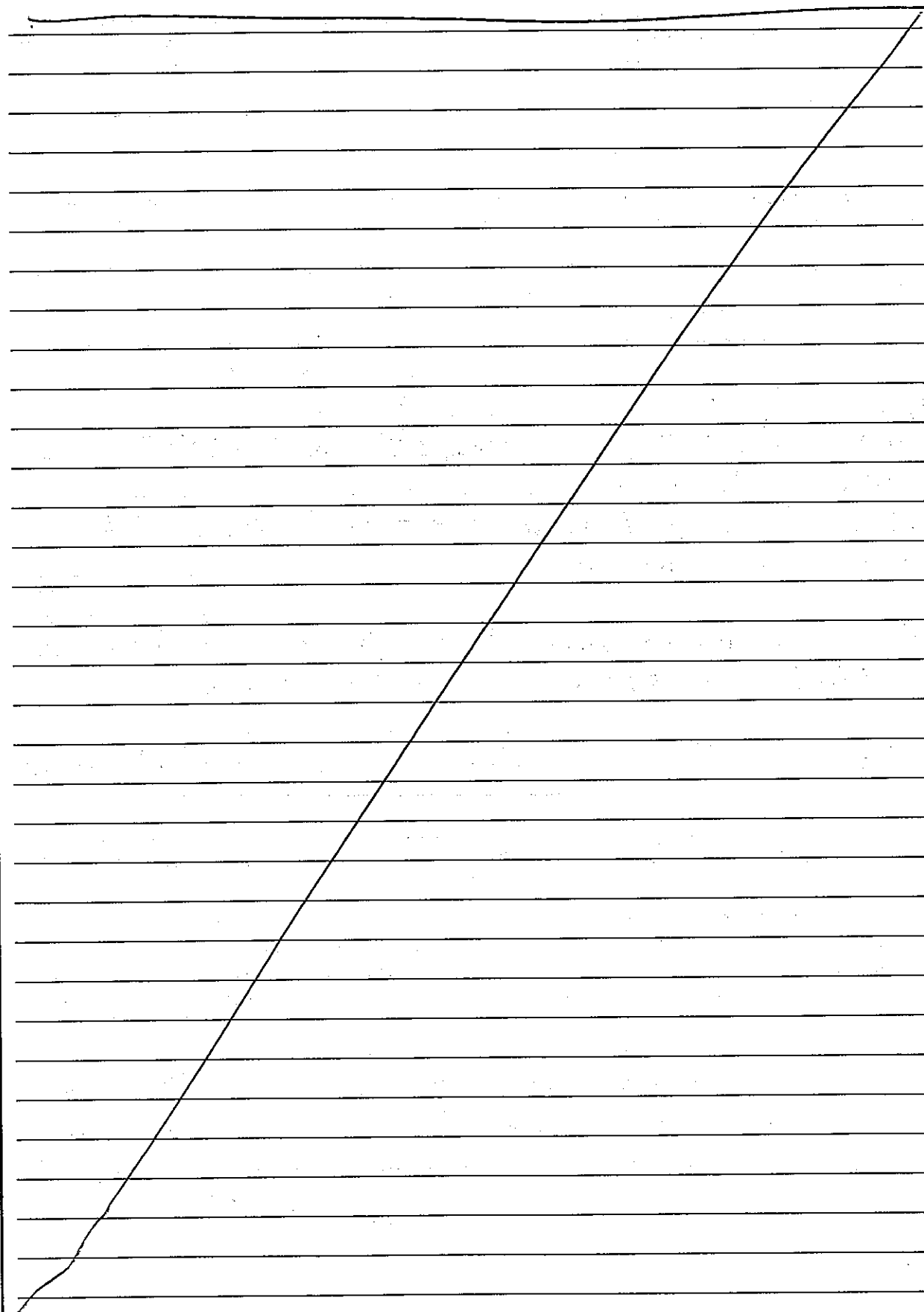
DESCRIÇÃO: (Indicando primeiro os bens situados no país e depois os situados no estrangeiro.)

Direito de crédito sobre a sociedade DoloSantana - Consultoria e Proteção Imobiliária, Lda, no valor de 55.000,00€ (cinquenta mil euros).

## II-F – OUTROS ELEMENTOS DO ATIVO PATRIMONIAL

*Consideram-se integrados nesta rubrica os estabelecimentos comerciais ou industriais, incluindo os de indústria agrícola, de que o declarante seja proprietário na qualidade de empresário em nome individual.*

*DESCRIÇÃO (indicando primeiro os bens situados no País e depois os situados no estrangeiro):*



## Capítulo III – PASSIVO

### DÉBITOS QUE ONERAM O PATRIMÔNIO DO DECLARANTE

Na descrição dos débitos deve mencionar-se a identificação do credor, o montante do débito e a data do vencimento.

DESCRIÇÃO:

Hipoteca (Crédito Habitação) - Novo Banco, contrato nº 0118000004 c/ o capital e dívida de 57.888,03 €. Data de início 14.04.2005, c/ prazo amortizado de 351 meses.

Multiprojetos c/ Hipoteca - Novo Banco, contrato nº 0118000003, c/ o capital e dívida de 28.588,93 €, Data de início 14.04.2005, c/ prazo amortizado de 351 meses.

## Capítulo IV – CARGOS SOCIAIS EXERCIDOS

### CARGOS SOCIAIS

Desta rubrica deve constar a discriminação dos cargos sociais, nomeadamente de membro do conselho de administração, da direção, da comissão administrativa, do conselho geral, do conselho fiscal ou da mesa da assembleia geral, ou ainda de administrador, gestor ou gerente, exercidos pelo declarante, nos dois anos que precederam a declaração, no País ou no estrangeiro, em quaisquer sociedades, empresas públicas e fundações ou associações de direito público e, bem assim, quando esse exercício seja remunerado, em fundações ou associações de direito privado.

Relativamente a cada um dos cargos declarados, é feita menção das datas de início de funções e do respetivo termo, se já tiver ocorrido.

Cargo	Entidade	Datas	
		Início	Termo
Administrador Único	Residência, Promocora, Parque Sociedade de Investimentos e Representações, SA NIF 509822860	Desde a constituição	
Sócio - Gerente	Parque Promocora - Construção e Investimentos, Lda NIF 507008456	Desde a constituição	
Sócio - Gerente	Quercus e Filhos, Lda NIF 305258080	Desde a constituição	

Data

02.12.2017

O Declarante,

*Quercus e Filhos*

Môdo de apresentação da declaração (a) \_\_\_\_\_

Verificação da identidade do declarante e/ou do apresentante (b)

---

---

---

---

### RECIBO

*Declaro que recebi a presente declaração em duplicado, o qual devolvo com a presente nota de recebimento.*

Tribunal Constitucional, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

Para efeitos de passagem de recibo

(a) *Entregue pelo próprio ou por representante ou enviada pelo correio.*

(b) *Se necessário, anotando-se então o modo (nomeadamente o documento) utilizado para verificação. Tratando-se da verificação da identidade do apresentante, anotar-se-ão o respetivo nome, residência e documento de identificação.*

Artigo 14.º do Decreto Regulamentar n.º 1/2000, de 9 de março:

- 1 – *As declarações de rendimentos, património e cargos sociais dos titulares de cargos políticos e equiparados são apresentadas em duplicado na Secretaria do Tribunal Constitucional, podendo ser entregues pessoalmente pelo obrigado à sua apresentação, ou por pessoa que o represente, ou ainda enviadas pelo correio, sob registo.*
- 2 – *Em caso de dúvida, a Secretaria do Tribunal Constitucional pode solicitar a aprovação da autoria da declaração ou a identificação do apresentante, o que pode ser feito por qualquer meio adequado e legalmente admitido para o efeito, designadamente pela apresentação e conferência do correspondente documento de identificação.*
- 3 – *A Secretaria do Tribunal Constitucional devolve ao declarante o duplicado da declaração, apondo no mesmo nota de recibo.*